

Geografia e mundo contemporâneo: pensando as perguntas significativas¹

María Laura Silveira

✉ laurasil@usp.br

Resumo

Para discutir os problemas atuais da geografia parece aconselhável repensar algumas das ideias basilares da história da disciplina, marcada por longos debates que expuseram conceitos e métodos aparentemente antagônicos. Percorrendo, de forma breve, alguns autores clássicos buscamos mostrar os principais dilemas e dualidades para, num segundo momento, discutir como a técnica vai transformando o uso do território no período da globalização. Finalmente propomos uma reflexão sobre quantas e quais são as geografias que tentam explicar esse mundo assim constituído. Quando o fenômeno técnico ganha complexidade, como nos dias atuais, parece aumentar a importância epistemológica de abordar o fenômeno técnico, de compreender o espaço e, portanto, o seu significado político. Nesse esforço de análise é que podemos formular as perguntas mais significativas.

* * *

PALAVRAS-CHAVE: epistemologia da geografia, método, fenômeno técnico, mundo contemporâneo.

¹ Transcrição adaptada de conferência em comemoração ao Dia do Geógrafo em Campinas, no dia 29 de maio de 2012, a convite da AGB-Campinas, do Departamento de Geografia do IG/Unicamp e do Centro Acadêmico de Geografia e Ciências da Terra do IG/Unicamp.

Os mundos passados e suas geografias

Para discutir os problemas atuais da geografia parece aconselhável repensar algumas das ideias basilares da história da disciplina, marcada por longos debates que expuseram conceitos e métodos aparentemente antagônicos.

Do aristotelismo à ciência moderna, os saberes enfrentaram vários dilemas, e talvez o mais complexo deles tenha sido a possibilidade de formular leis ou a incapacidade de fazê-lo. Diversas são as interpretações sobre o momento histórico de origem da geografia – há quem fale em uma “pré-história” da geografia – mas interessa menos discutir esse ponto do que reconhecer o paradoxo que atravessou boa parte da sua existência. Em outras palavras, uma das suas maiores conquistas e, ao mesmo tempo, a razão da sua partição definitiva foi separar triunfalmente a natureza do homem, ajudando a construir a legitimidade de uma ciência dividida, de uma geografia partida.

Em outros momentos, o grande dilema da disciplina foi ora a tarefa irrecusável de descrever o único, ora a condenação à descrição do único porque esse caminho era visto como um empecilho para construir uma ciência. Em todo caso, a geografia participou de uma ruptura entre um saber geral e um saber particular, cujas raízes podem ser encontradas na Grécia antiga, ao ponto de internalizar essa divisão dentro de si mesma. Varenius chegou a formular uma “geografia geral” e uma “geografia especial” ou regional.

Na primeira metade do século XIX, Ritter reforça ambas as vertentes e vemos o acirramento dessa tradição com a institucionalização da disciplina. A geografia praticamente se institucionaliza com essa partição no seu âmago, e vai atravessar, também nesse contexto histórico, os problemas de classificação do saber. As ciências da natureza tinham galgado uma grande conquista: um método experimental que significava um ir e voltar da realidade ao laboratório. Mas também despontava a grande conquista dos saberes históricos, que era libertar-se da armadilha do único ou do geral, graças ao movimento da razão que Hegel vai trazer à filosofia. Não seria ocioso pensar que, entre as ciências da natureza, que se afirmam com um método experimental, e as ciências da história, que reconhecem o movimento da razão, a geografia parece haver ficado na metade do caminho. É possível imaginar que as cadeiras de geografia, as sociedades geográficas e, em definitivo, os princípios e a vocação pelos inventários acabaram contribuindo nessa indefinição da geografia.

Vidal de La Blache é normalmente alvo de críticas, mas ninguém poderia dizer que não tinha uma preocupação unitária com a disciplina. A “geografia

humana”, essa ideia de Ratzel, que dá nome a um dos livros de Vidal de La Blache, era para ele uma geografia sem objetivação, um conhecimento sintético das leis físicas que regem as relações entre os seres vivos que habitam a Terra. O intuito era, nesse momento, ultrapassar as narrativas anedóticas, chegando a esse conhecimento sintético e unitário das leis físicas que regem as relações entre os seres vivos e o meio. Mas, ao mesmo tempo, a geografia regional estava entre as suas preocupações e, nessa discussão, também havia um fundamento unitário: compreender que as mudanças históricas transformavam uma porção da crosta terrestre, isto é, uma região natural tornava-se uma região histórica. Daí certa sinonímia entre região, paisagem e gênero de vida, cuja discussão ainda é incompleta. O relato dessa geografia era a monografia regional, onde os traços únicos e singulares eram objeto principal da descrição e explicação. E o trabalho de campo era a forma de apreender tais traços a partir da observação da paisagem na escala regional. Desse modo, teoria e método conduziam a essa sinonímia entre região, paisagem e gênero de vida.

A ciência ideográfica, tal como vista por Vidal de La Blache, era uma ponte entre o conhecimento da natureza e o conhecimento dos grupos humanos. Já para Sauer, o objeto da geografia era a paisagem cultural e o método, um método evolutivo, porém especificamente histórico. A relação entre postulados gerais e elementos locais concretos era um leitmotiv na obra desse geógrafo.

Na visão corológica de Hettner e Hartshorne a natureza unitária da disciplina era dada pelo método de abordagem e não mais pelos materiais estudados. Esta ideia tem um significado importante: é o método de abordagem que dá unidade a um saber, e não os materiais do real. O conceito de área tornava-se basilar e sua escolha e delimitação eram, assim, atribuições do pesquisador. Evidentemente, nessas propostas, a ideia de um espaço como categoria a priori, como queria Kant, estava presente. O conhecimento resultava da aplicação de categorias a priori da razão e, assim orientada, a experiência permitia captar o real. O corolário é uma ideia, que ainda perdura na disciplina, e que associa espaço e extensão.

A chamada ciência regional, que vai conhecer um desenvolvimento importante na Europa e nos Estados Unidos em meados do século XX, reforçou ainda mais essa noção de extensão e de área. É necessário reconhecer que, nessa corrente de pensamento, havia uma clara preocupação com os problemas do crescimento econômico, que pareciam até então divorciados da justiça socioespacial. A continuação desse debate é ainda uma dívida do ponto de vista metodológico e político. Mas essa ciência regional, embrenhada em abstrações e cálculos que conduziam a uma visão geométrica do espaço, perseguia o objetivo de

formular as leis fundamentais da distribuição das atividades no espaço. Uma disciplina regional assim definida podia ter uma clara utilidade, uma aplicação imediata no mundo real. Região e operacionalização constituíam um par analítico que acompanhava esses esforços teóricos, com Perroux, Boudeville e boa parte das propostas de planejamento realizadas na América Latina.

Todavia, a entronização da perspectiva geométrica do espaço, isto é, a ideia mais ou menos implícita de que o espaço é uma categoria a priori da razão e de que sua utilização permite captar a extensão no mundo empírico, foi tarefa importante da New Geography, nas décadas de 1950, 1960 e 1970. Tratava-se da procura por elaborar modelos, por descrever e quantificar regularidades e comprová-las, permitindo imaginar que a geografia finalmente se tornaria uma ciência. O espaço era menos uma porção diferenciada da crosta terrestre, como tinha sido em toda a tradição francesa, e mais uma extensão homogênea e mensurável. Portanto, a disciplina era capaz de produzir definições operativas.

A superposição das variáveis à escala regional, possível graças ao trabalho de campo, permitia a formulação de sínteses, prova irrefutável da singularidade das relações homem-meio numa porção do território. Essa foi uma sólida tradição que atravessou a história da disciplina.

Por outro lado, as novas propostas, que podem encontrar suas origens em Hettner e Hartshorne e, passando pela ciência regional, alcançam na New Geography sua sistematização mais primorosa, não tinham como preocupação descrever e explicar uma relação entre um grupo social e o seu entorno, uma relação que se dizia aleatória e única, mas desenhar as disposições que tomam os comportamentos sobre uma extensão.

Todavia, as grandes perguntas, que pairavam tanto numa geografia de sínteses regionais como numa geografia de modelos, referiam-se ao status científico e à utilidade da disciplina. Como fazer da geografia uma ciência? Como fazer da geografia um saber útil? Nessa segunda metade do século XX, essa Nova Geografia podia imaginar que, para uma civilização que havia conquistado a técnica, aglomerações e movimentos no espaço-extensão deviam ser vistos como racionais e podiam ser calculados matematicamente, comprovados e representados em mapas, grafos e modelos.

Assim, a disciplina se desfazia de seus antigos traumas, uma vez que agora podia embrenhar-se num exercício de antecipação e responder perguntas consideradas úteis, por exemplo, como ultrapassar as distâncias em menor tempo e com menor custo? Nasceram os espaços da racionalidade – pelo menos na ciência – e

o grande desafio da pesquisa já não era a relação, mais ou menos causal, entre um grupo humano e um pedaço da superfície da Terra, mas as formas de consumo e superação do espaço-distância, do espaço-extensão. Em outras palavras, espaço e extensão se tornavam sinônimos e a distância operacionalizava a extensão. A ideia de escala cartográfica encarnava-se na ideia de escala geográfica, e a perspectiva do zoom passava a dominar as interpretações. Uma perspectiva que nos conduz a uma mentira, isto é, a imaginar que, se aproximamos o zoom, vemos coisas que não vemos com o zoom afastado. Nesse raciocínio a apreensão da chamada realidade depende menos do esquema interpretativo do pesquisador e mais de uma lupa...

Ainda que simplificarmente, poderíamos reconhecer hoje duas vertentes principais, tanto mais divorciadas quanto mais consolidadas nos seus métodos. De um lado, uma tradição mais empiricista, herdeira da geografia regional francesa, preocupada com a produção de estudos de caso. Tratar-se-ia de uma tradição que antes era alimentada pelas enciclopédias e hoje pelo Google e que dá ênfase à microescala. Essa tradição não oculta seu ceticismo sobre o caráter científico de qualquer trabalho que não fique circunscrito a um pequeno pedaço da superfície da Terra. Não haveria método que assegure o estudo exaustivo de grandes porções do planeta. É a soma de estudos de caso que autorizaria o conhecimento do ecumene.

A segunda tradição que atravessa a história moderna da geografia é mais “formalista”, isto é, preocupa-se por alcançar a formalização das problemáticas de estudo. O chamado real é “enforcado” em um modelo ou, em outras palavras, aplica-se o modelo e a lei. É esse método que vai assegurar a qualidade e o status científico de um relato.

Entretanto, a grande pergunta é: “esse é um dilema inexorável da geografia?”. Já no início da década de 1960, Etienne Juillard dizia que a geografia regional tinha ficado desarmada diante dos economistas, do espaço abstrato que os economistas estavam propondo e das distâncias medidas em preço e em tempo. Meio século após essa declaração de Juillard, o mundo mudou e o dilema da geografia parece permanecer o mesmo. Certa incapacidade de resolver esse e outros problemas parece autorizar uma avalanche de metáforas na disciplina. Quando, porventura, não conseguimos resolver um dilema, é possível que as perguntas com as quais formulamos o problema não sejam as mais apropriadas.

Breve relato do mundo contemporâneo

Cada período da história se define por uma base material e por uma forma

de vida social. Como nos ensina Milton Santos, as técnicas autorizam uma forma de trabalhar e de repartir o trabalho entre as pessoas e os lugares, e a política, par histórico indissociável da técnica, potencializa ou prescreve essas autorizações técnicas. Formas e eventos constituem a trama do espaço geográfico e a redistribuição do processo social não é alheia às formas herdadas. É a isso que chamamos usos do território, território usado.

Desse modo, a técnica – cujo plural é de rigor – e a política são duas dimensões indissociáveis daquilo que Milton Santos, inspirado no filósofo Jacques Ellul, denominará fenômeno técnico e considerará como base do entendimento do espaço geográfico, sinônimo de território usado.

Nos alvares da história, a vida era lenta, pois estava presa ao peso dos fatores da natureza, e o fenômeno técnico era menos complexo. A vida, portanto, era circunscrita aos lugares, porque a técnica não autorizava grandes deslocamentos, nem interdependências e tampouco um conhecimento sobre o que acontecia em outro lugar num mesmo momento.

Hoje, a partir dos fatores tecnológicos, organizacionais, informacionais, financeiros da produção, tem lugar uma profusão de objetos técnico-informacionais, que conhecem uma difusão mais rápida, em famílias e sistemas, com permanentes substituições e indispensáveis recomposições de suas relações sistêmicas. Junto com eles e para que possam ser manipulados e utilizados, vem um conjunto de normas, que também são sistêmicas. A cada dia, algumas delas, ou algumas porções desse sistema normativo, são declaradas obsoletas e substituídas por novos princípios de fazer. É isso que nos ajuda a entender que o nosso período histórico seja cada dia mais prenhe de exigências, enquadramentos, desempenhos, produtividades, velocidades.

Uma nova ordem recria o quadro onde as ações se desenvolvem, alcançando, também, o seu sistemismo – quando mudamos um objeto, quando transformamos uma ação, também estamos alterando sua natureza relacional. Portanto, assistimos permanentemente despedaçamentos das dinâmicas precedentes, rupturas nas dialéticas dos homens no território, e isso nos ajuda a entender os problemas que os lugares enfrentam a cada dia. Muda a hierarquia dos lugares a cada momento e, com isso, a capacidade de agir dos agentes.

O fenômeno técnico contemporâneo caracteriza-se pela instantaneidade da informação e do dinheiro nos diferentes lugares no planeta, mas também porque as variáveis que comandam o movimento da história invadem seletivamente a vida social. E o retrato se completa porque esse sistema técnico, que tende a ser único,

se torna um parâmetro político, não apenas técnico, mas um parâmetro de valor que pretende unificar os tempos da natureza nos lugares, na busca de unificar os lucros. Talvez a tão propalada “crise ambiental” pudesse ser pensada por aí.

Por isso, a globalização poderia ser definida, como escreve Milton Santos, por três tendências constitutivas ou unicidades. A unicidade técnica, isto é, a globalização de um sistema técnico ou a globalização de um particular. É a planetarização de um sistema técnico, que se erige como política, alcançando todos os lugares, como realidade ontológica, isto é, como objetos, ou como realidade axiológica, impondo uma escala de valores do trabalho. Essa técnica, que é invasora, única, interdependente e forma redes traz a possibilidade de dissociar os processos e de unificar os comandos. É a arena da produção das firmas globais.

A segunda tendência constitutiva ou unicidade é a convergência dos momentos. A nova realidade técnica permite conhecer, em cada lugar do planeta o que se passa no outro, mas também inclui a realidade ideológica que afirma que o tempo se tornou único. Esse conhecimento instantâneo dos eventos, essa percepção da simultaneidade, cuja base material é a técnica da informação e cujo resultado mais primoroso é a cognoscibilidade do planeta, tornou a história uma, ainda que não unificada.

E a terceira tendência é a unicidade do motor ou da mais-valia. Haveria hoje uma mais-valia universal que é apropriada e comandada por um conjunto de agentes e empresas globais, e que ajuda entender coisas que, na primeira impressão, parecem irracionais, como a forma na qual as equações de lucro das empresas são organizadas. Durante a crise mundial de 2009, as grandes firmas no Brasil e em outros países demitiam funcionários, enquanto pagavam mais dinheiro aos seus acionistas. É um exemplo concreto do que significa a unicidade do motor, que está ancorada na legitimidade de um discurso e de uma base normativa sofisticada.

Na década de 1990, falava-se muito em desregulação. O conhecido Consenso de Washington tinha como um dos seus princípios fundamentais a desregulação, que permitiu a privatização das empresas, dos bancos e outras organizações. Desregulação que era um eufemismo, pois na verdade era uma neorregulação que possibilitou ampliar a circulação fluída e veloz dos grandes capitais. Aumentava, assim, a produção de excedente e sua apropriação. Agora chegamos a outro momento da história. Há alguns avanços no nosso continente, mas o conjunto de premissas neoliberais não desapareceu completamente. Saskia Sassen dirá que, na década de 2000, os Estados nacionais produzem continuamente microintervenções e microrregulações, nem sempre perceptíveis porque não são como as grandes

mudanças da década de 1990. São pequenas intervenções de adaptação dos Estados nacionais, dos seus territórios e dos seus mercados à chegada de fundos de investimentos, grandes empresas e outros agentes planetários. Esse parece um elemento importante para levar em conta quando tratamos de explicar o processo da integração financeira do território, feito de ilhas e áreas opacas.

Face essas três unicidades que contribuem para explicar o período contemporâneo, podemos também dizer que a história se tornou verdadeiramente universal. No passado a história universal era uma abstração, um recurso filosófico, utilizado por filósofos e historiadores. Era um recurso de método para nomear a soma de eventos dispersos, desconexos ou ignorados pelos demais agentes. Tanto que o filósofo Gabriel Tarde vai falar da repetição de invenções – como um grupo social não conhecia o que outro grupo havia criado, não havia transferência de técnicas, mas repetição de invenções. Nesse longo período que estamos chamando passado, o que acontecia com a geografia? A disciplina era marcada pelo debate sobre a formulação de leis e princípios que constituíam uma geografia geral e abstrata. As únicas leis ou princípios que podiam ser formulados eram os da natureza, porque era a única coisa que se presumia que, concretamente, era interdependente. A história dos homens ainda não era interdependente. E, de outro lado, enquanto a geografia trabalhava nesse plano abstrato de uma geografia geral, qual era o conteúdo das monografias regionais? Um inventário de dados constituía uma geografia regional concreta, cuja prova de coerência era dada pela sua aderência e fidelidade a esses princípios abstratos da geografia geral.

Hoje, a história universal é concreta. Por que concreta? Porque é histórica, já que existe uma base material, organizacional e financeira de interdependência no planeta. Portanto, a história universal continua sendo um recurso de método, mas é uma situação concreta, uma situação da história da interdependência. Hoje, esse recurso de método é profundamente histórico. Pensar que a história é verdadeiramente universal é um recurso de método fundado na história e não mais na filosofia, nas leis do clima ou nas leis da geomorfologia. Ao mesmo tempo, é o recurso de método que permite explicar a interdependência dos eventos já mencionada.

No entanto e num verdadeiro paradoxo, quando se tornou mais possível falar de uma geografia geral concreta, histórica, interdependente, de um planeta com uma base material e organizacional comum – desigual, seletiva, mas comum –, a disciplina se fragmenta em “n” especialidades ou aspectos, e os estudos do micro passam a reinar como positividade. O discurso sobre os lugares per se dá legitimidade científica à disciplina. Mas, quando a história concreta se torna

interdependente, quando a história universal se geografiza, quando o planeta materialmente é a prova que a história é interdependente, a abstração reside exatamente no estudo do particular per se. É isso que é uma abstração, e não o estudo da totalidade. Esse é um grande dilema da disciplina hoje.

De certo modo, era mais possível aceitar, no passado, quando a história universal era uma abstração, que o estudo de porções do planeta fosse o concreto. Hoje, isso é uma abstração, porque não há lugar que possa ser explicado per se. A universalidade empírica, esse conceito que Milton Santos propõe, é a manifestação *hic et nunc* da história universal. É a história universal geografizada, materializada, concretizada no presente. A história universal é a convergência dos momentos, na medida em que o acontecer de um lugar pode ser explicado e comunicado a outro lugar.

Esta ideia de universalidade empírica, ligada à ideia de tempo empírico, supõe que uma geração recebe da outra um sistema planetário de objetos, normas, ações, informações, comandos, uma base técnica e organizacional interdependente. Como há uma base material que permite isso, o tempo se tornou empírico. Na globalização todo e qualquer tempo é mediado por objetos, e já não é apenas uma relação matemática, uma relação abstrata. Agora, mais do que nunca, a ideia de que o tempo é a realização da possibilidade técnica se tornou verdadeira. O tempo já não é apenas o tempo do relógio. O tempo é o tempo que os objetos nos permitem: o tempo de me deslocar para cá, o tempo de produzir o tomate antes que aquela outra região, o tempo de fazer uma transação financeira. Todo o tempo ficou mediado por objetos técnicos, e por isso ele é empírico.

Poderíamos dizer que o tempo empírico faz do acontecer atual um acontecer solidário e vice-versa. O *devoir*, essa ideia da filosofia, pode ser visto como um acontecer solidário, com a profunda interdependência dos eventos. Esse acontecer solidário é a realização compulsória de tarefas comuns mesmo que o projeto não seja comum, como escreve Milton Santos em *A natureza do Espaço* e, nessa direção, Agnes Heller também ajuda a entender a natureza do tempo contemporâneo quando diz que a vida cotidiana não está fora da história. Para essa autora, a vida cotidiana está no centro do acontecer histórico, é a verdadeira essência da substância social. É nesse cotidiano que se dá a realização compulsória de tarefas comuns, mesmo que o projeto não seja compartilhado.

Essa consciência do tempo universal, que nos vem da televisão, da internet, de viver a convergência dos momentos, dita a compulsividade das tarefas comuns. E aqui estamos pensando não apenas na produção, mas também no consumo. É isso que explica a presença do consumo em todos os momentos do nosso dia e em

todos os lugares, em suas manifestações de consumo social, mercantil, material, imaterial, como desejo ou como realização.

Todavia, e isto é fundamental, tanto do ponto de vista da teoria como do método, esse tempo universal não significa a supressão de temporalidades. Esse tempo universal não iguala as velocidades, não impõe um projeto comum. O indiano Partha Chatterjee propõe a expressão tempo heterogêneo da modernidade para evitar a ideia de um tempo homogêneo e vazio do capitalismo. E ilustra com situações atuais nas quais os trabalhadores industriais não utilizam uma máquina que ainda não foi consagrada pelo ritual religioso ou de empresários que não fecham negócios sem consultar com o astrólogo. A vida em comum não é só economia. Essa é a noção de espaço geográfico que estamos trabalhando. Por isso não precisamos de uma geografia cultural autônoma, porque o que estamos defendendo como definição de espaço contém a cultura.

Em outras palavras, a universalidade empírica é esse conjunto sistêmico de existências globalizadas. O sistema de objetos contemporâneos é um conjunto sistêmico porque atualizado. Por isso, quando os objetos não são atualizados deixam de funcionar em sistema e isso explica a necessidade de informação a cada dia. A universalidade empírica é construída, sobretudo, pela solidariedade organizacional, isto é, pela interdependência das variáveis que determinam e dominam o período, mesmo quando não estão presentes nos lugares. Mas a universalidade empírica abriga, também, a solidariedade orgânica, isto é, a vida advinda da interdependência das variáveis no lugar. Daí as temporalidades, que são também visões do tempo que os agentes têm, pela sua situação existencial diversa, permitindo diversas interpretações do período.

As incomensuráveis geografias do presente e as perguntas significativas

Defronte esse mundo assim constituído, quantas e quais são as geografias do presente? Poderíamos dizer que, às clássicas geografias da população, urbana, rural, agrária e todas as especialidades da chamada geografia física, se acrescenta um leque que é realmente incomensurável. Geografias feministas, do cotidiano, do mercado de trabalho, do turismo, da saúde, da mudança global, do meio ambiente, geografias culturais, geografia moral e tantas outras. Essa especialização do saber parece despontar, hoje, como um imperativo epistemológico. Não há como não enquadrar-se nessas especialidades e especializações na nossa vida acadêmica cotidiana. Uma fragmentação da geografia que está longe de ser um evento isolado: todas as disciplinas conhecem esse processo de extrema especialização do saber. Mas não sofrerá ainda mais uma disciplina que já nasceu gestando as suas

próprias partições? Assistimos a uma extrema ramificação da disciplina. Se Camille Vallaux tivesse que escrever ou reescrever hoje o seu livro sobre as geografias particulares, estas seriam certamente outras, e muitas mais que aquelas que ele assinalou.

Poderíamos reconhecer, grosso modo, uma geografia que busca entender os fragmentos, uma geografia com vocação para as coisas específicas a partir delas próprias. Portanto, essa geografia abandona a teorização, o que, em outras palavras, significa dizer que abandona a atualização das categorias. Uma geografia que acredita descobrir coisas novas no mundo real e que, como as categorias que herdou não são suficientes, inventa uma palavra ou toma de outra disciplina para nomear a coisa em si, separada do seu contexto, real e epistemológico.

Embora seja saudável para a renovação de qualquer disciplina tomar conceitos de outra, o problema desponta no momento em que os conceitos são incorporados sem internalização e, dessa maneira, tornam-se metáforas. O corpus da disciplina pode aparecer obsoleto diante dos nossos olhos e, em lugar de fazer um esforço de atualização, preferimos substituir esse vetusto corpus por um patchwork de novos termos, tomados de outros saberes e nascidos de uma pergunta conjuntural, não de um contexto.

Essa importação acrítica de conceitos traz como corolário outro problema: a transversalidade do saber é dada menos pelos conceitos e mais por uma metodologia. Esta ganha autonomia e se traveste de rigor metodológico. Bourdieu explica que o rigor metodológico separa-se do conteúdo e torna-se um conjunto de recomendações que é capaz de atravessar todas as disciplinas, pelo menos as sociais. Se a metodologia está bem formulada estaria assegurada a cientificidade, mesmo que a pergunta seja ingênua ou funcional àquilo que estamos criticando.

O motor de uma geografia dessa natureza, que dá ênfase às coisas em si mesmas, é representado pelo mercado, pela academia atual, pela imposição de línguas e linguagens potencialmente aceitáveis em publicações e congressos. O Brasil sofre um pouco menos com isso porque tem uma geografia robusta, com um movimento próprio importante. Tende a ser menos dependente dos “cardápios” de congressos e publicações que os outros criam. Isso parece mais grave em países menores ou com menor desenvolvimento da disciplina.

Portanto, há uma geografia que busca compreender o fragmento per se, mas há uma geografia que se torna a-histórica porque reduz, ou melhor, porque reproduz canhestramente os esquemas conceituais do passado no presente, busca as coerências que o tempo já desfez e continua insistindo, por exemplo, que a

industrialização é a variável-chave e a causa da urbanização. Creio que contamos com uma mão as cidades na América Latina que podem ser explicadas pela industrialização. Outras noções como “cidade global”, que pretende explicar nossas grandes metrópoles, ou “setor informal” como interpretação das demais formas de trabalho, nos conduzem a formular perguntas cuja pertinência em nossos países é discutível ou cuja coerência foi desmanchada pelo tempo. E quando uma interpretação não está colada no mundo que busca explicar não serve mais. Ela só pode se sustentar por esse rigor metodológico autônomo, uma metodologia que assegura que “se eu faço esse, este e aquele procedimento eu faço ciência”.

Haveria, outrossim, uma geografia que recusa a teoria, porque é empiricista, porque é mais preocupada em acrescentar conhecimento empírico do que em fazer perguntas relevantes. É incapaz, portanto, de explicar os contextos. Existe outra geografia que, buscando ser teórica acaba recusando a teoria, porque é excessivamente adjetiva e, por conseguinte, incapaz de operacionalizar. Assim, poderíamos intentar a explicação da China, do Brasil e da Venezuela a partir de um discurso pretensamente teórico e adjetivo que, por isso, se torna uma verdadeira camisa de força e não permite apreender feições diversas.

Também poderíamos reconhecer uma geografia que recusa a sua categoria central, o espaço porque o vê como um dado ou como um cenário. Estamos cercados de uma geografia que diz que vai “espacializar”. Os fenômenos são considerados ab initio, econômicos, políticos, culturais e depois são espacializados. Nessas interpretações o fenômeno ganha uma natureza e uma autonomia falsas, como se houvesse algo político que não tem espaço, como se houvesse uma manifestação cultural sem espaço, como se houvesse economia fora do espaço. Desse modo, a partir de indicadores ou dados qualitativos, que são elaborados como uma abstração, “espacializamos” os fenômenos, isto é, oferecemos uma mera distribuição das coisas no território. E essa espacialização parece fazer da geografia um espelho da cartografia. Primeiro, vemos fenômenos políticos, econômicos, culturais, e depois os vemos como extensão, um sinônimo de espaço. Talvez, aqui o problema seja menos o da especialização da disciplina e mais o de saber formular as perguntas significativas. A tarefa é ainda mais hercúlea quando partimos de um contexto estreito.

Como formular as perguntas significativas neste novo século? As perguntas significativas de uma disciplina partem de uma teoria do ser. No caso da geografia, partem de uma teoria do espaço, desse mundo que chamamos espaço, mas que pede uma definição precisa e coerente com a história atual. A busca de entendimento desse espaço geográfico ou território usado, que resulta do fenômeno

técnico contemporâneo, talvez seja a forma de “exorcizar” alguns problemas. À tecnologização, opor a filosofia das técnicas; à geometrização do espaço, opor uma fenomenologia do espaço; às geografias da pobreza, da riqueza e outras geografias partidas, opor o espaço banal; às geografias das redes, opor a ideia de território usado.

Porque hoje os objetos técnicos impõem um uso amoldado, autorizam uma ação limitada, pedem uma técnica de ação. A indissociabilidade parece ser absoluta entre os objetos e as ações. E qualquer ação que não percorra exatamente os passos indicados conduz ao fracasso da operação. Afirmamos essa condição sobre os pequenos objetos, mas assim é apresentada também a modernização do território, e o custo de não percorrer exatamente os passos indicados para a implantação de um macrossistema técnico ou de uma nova forma de organização numa empresa ou no Estado levaria, diz-se, ao fracasso da Nação.

Mas há outro uso ou ação possível, há um uso que admite certa dissociabilidade entre os objetos e as ações porque parte de uma combinação mais ampla de fatores políticos, econômicos e culturais e leva em conta a história dos lugares. Portanto, as aceitações e as recusas dos objetos e das ações que um lugar vive poderiam ser um guia de método para fazer a crítica da modernização inelutável. Ao mesmo tempo, reforçamos a ideia de que a escolha técnica é resultado de uma discussão política, tantas vezes inexistente. Por isso, na constatação da existência de técnicas modernas nos lugares, a pergunta que não pode ser negligenciada é “quem usa e quem regula?”. E, assim, compreenderíamos a inserção desigual dos agentes na totalidade das relações.

Desse modo, a técnica não é vista como um absoluto, mas como um conteúdo de manifestações econômicas, políticas, culturais. Qual é o conteúdo técnico de cada divisão territorial do trabalho que estamos analisando? Quem exercita e como se elaboram os discursos sobre a sua legitimidade, legalidade, eficiência e produtividade? Qual é a legitimidade ou a legalidade de uma grande empresa que abriga o chamado trabalho informal? Qual é a produtividade e a eficiência de uma grande empresa que recebe abundante dinheiro público para equilibrar suas contas? Observar uma divisão territorial do trabalho é olhar os agentes e suas ações no território: um pequeno produtor ou uma pequena loja são também manifestações visíveis de uma divisão territorial do trabalho. As diversas formas de trabalhar têm que ser inseridas num contexto, que é a divisão territorial do trabalho da formação socioespacial. É importante indagar sobre o conteúdo técnico do trabalho e do lugar, quem comanda e quem impõe os parâmetros de valor.

Quando o fenômeno técnico ganha espessura, densidade, complexidade e

escala como nos dias atuais, parece aumentar a importância epistemológica de abordar o fenômeno técnico, de compreender o espaço e, portanto, o seu significado político. É outra partição perigosa imaginar que epistemologia não é política, que fazer epistemologia é uma discussão na “torre de marfim”, enquanto outros se preocupam com a ação política. Discutir epistemologia é discutir visões de mundo e discutir conceitos e instrumentos para estudar o mundo. Isso é política. Não parece suficiente hoje que os nossos trabalhos descrevam algumas técnicas modernas como as redes de infraestrutura e telecomunicações, redes financeiras, arranjos produtivos locais, enclaves científicos e tecnológicos, ou ao contrário, que folcloricem o pequeno, que façam abordagens culturalistas sobre situações que se explicam por uma profunda desigualdade socioespacial.

É preciso ver o fenômeno técnico na sua contemporaneidade, indo além das manifestações particulares da técnica. Aí está a fenomenologia. Vemos as manifestações particulares, mas vamos além, analisamos o contexto, a sua gênese, os seus desdobramentos, quem usa e quem regula. Quiçá assim possamos nos aproximar do entendimento do movimento, das combinações e temporalidades. Esse palimpsesto de técnicas, essa mistura de técnicas diversas é o que interessa. E talvez, nesse momento, seremos capazes de produzir um discurso político que, longe de ser unívoco e inelutável, seja plural ao modo da realidade socioespacial, do território usado.

Sobre a autora

María Laura Silveira: bacharel e licenciada em Geografia pela Universidad Nacional del Comahue (Argentina, 1988), Doutora em Ciências: Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (1997). Atualmente é Pesquisadora do CONICET (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas) no Instituto de Geografia da Universidad de Buenos Aires e Professora da Universidade de São Paulo. Publicou, entre outros, os livros “*Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI*” (Record, 2001) e “*Ensino Superior Público e Particular e o Território Brasileiro*” (ABMES, 2000), ambos em coautoria com Milton Santos, e “*Argentina: território e globalização*” (Brasiliense, 2003).

* * *

ABSTRACT

Geography and contemporary world: thinking about the significant questions

To discuss the current problems of geography, it seems advisable to rethink some of the basic ideas of the discipline's history, marked by long debates that exposed seemingly opposing concepts and methods. Briefly going through some classical authors, we seek to show the major dilemmas and dualities to, posteriorly, discuss how technique transforms the use of the territory in the period of globalization. Finally, we propose a reflection on how many and which are the geographies that try to explain this so constituted world. When the technical phenomenon becomes more complex, as in nowadays, it seems to increase the epistemological importance of the approach to the technical phenomenon, of understanding the space and, therefore, its political significance. It is through this analysis effort that we can formulate the most significant questions.

KEYWORDS: epistemology of geography, method, technical phenomenon, contemporary world.

RESUMEN

Geografía y mundo contemporáneo: pensando las preguntas significativas

Para discutir los problemas actuales de la geografía, parece conveniente repensar algunas de las ideas básicas de la historia de la disciplina, marcada por largos debates que expusieron conceptos y métodos aparentemente opuestos. Recorriendo brevemente algunos autores clásicos, tratamos de mostrar los principales dilemas y dualidades para, en un segundo momento, discutir cómo la técnica transforma el uso del territorio en el periodo de la globalización. Finalmente, proponemos una reflexión acerca de cuántas y cuáles son las geografías que tratan de explicar este mundo así constituido. Cuando el fenómeno técnico gana complejidad, como en los días actuales, parece aumentar la importancia epistemológica de abordar el fenómeno técnico, de comprender el espacio y, por lo tanto, su significado político. Es en este esfuerzo de análisis que podemos formular las preguntas más significativas.

PALABRAS CLAVE: epistemología de la geografía, método, fenómeno técnico, mundo contemporáneo.

 **BCG:** <http://agbcampinas.com.br/bcg>

Artigo recebido em setembro de 2012. Aprovado em setembro de 2012.